ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIR TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PAGANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	10.461.084,23 4.782.867,86 5.678.216,37 0,00	89.356,60 89.356,60 10.839.061,28 4.572.390,74 6.265.882,58 787,96 94.023,13 94.023,13 0,00 0,00 11.022.441,01	PESSOAL E ENCARGOS REMUNERAÇÃO A PESSOAL ENCARGOS PATRONAIS USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO USO DE MATERIAL DE CONSUMO SERVIÇOS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE MORA TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA TRIBUTÁRIAS	7.181.723,29 6.601.119,10 580.604,19 2.526.899,96 1.781.560,62 745.339,34 1.407,47 1.407,47 0,00 0,00 0,00	6.297.728,81 5.913.734,03 383.994,78 1.838.811,46 986.823,36 851.988,10 26.055,68 26.055,68 115,45 115,45 82.854,45
TOTAL	10.636.414,82	11.022.441,01	CONTRIBUIÇÕES OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS INCENTIVOS TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT) TOTAL	0,00 91.202,40 91.202,40 9.801.233,12 835.181,70 10.636.414,82	82.854,45 0,00 0,00 8.245.565,85 2.776.875,16 11.022.441,01



1 of 2

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017 Dezembro(31/12/2017) 2 of 2

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)					
ESPECIFICAÇÃO Exercício Atual Exercício Anterior					
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	329.259,05	752.281,92			
INVESTIMENTOS	329.259,05	752.281,92			





NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Saúde de Condado é uma pessoa jurídica de direito público intern<u>e</u> representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executiva tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da saúde pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 600/1991, o Fundo Municipal de Saúde surgiu inscrita sobre o CNPJ 11.366.609/0001-03, estando atualmente localizada na Praça 11 de \$\frac{1}{2}\$ Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referiçõo documento. SILVA FILHO, ANTONIO CASSIANO DA SILVA FILHO, ANTONIO CASSIA Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referiçõe

a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentas executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indiretã, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;





Lei 1.017/2016 de 09/11/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;

Lei 1.022/2016 de 28/12/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercícico

Lei 1.022/2016 de 28/12/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) validado outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados ocritérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de contabilida

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, ର୍ଜିଗ[୍] maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. Á Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vig@t. 🛪 As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valor estão apresentada apres expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração 8 das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS PÓLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS





A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido e das variações positivas e negativas. Em 2016 e 2017 não foram deduzidas as receitas e despesas intraorçamentárias na DVP, conforme demonstrativo.

1. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendé

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Compreende toda prestação pecuniária compulsória, e moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e≦e≦ cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: Compreende as variações patrimoniais auferidas co a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatiment e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimonia aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimonia aumentativas transferências intergovernamentais, transferências intragovernamenta transferências de instituições multigovernamentais.

Valorização e Ganhos com Ativos: Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas pos grupos enteriores.

2. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo:

Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13° salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas: Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins lucrativos.





Desvalorização e Perdas de Ativos: Compreendem a variação patrimonial diminutiva co desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias.

Tributárias: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de despe
ইিক্ট

Tributárias: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de despesariialmente com o PASEP.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: Compreende o somatório das variações patrimoniais por JOSE ICLAIR.

diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

3. Variações Patrimoniais Qualitativas

As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes de partimoniais qualitativas a partimoniais qualitati

As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes Ala a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. Os resultados da variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo positivo num total de R\$ 329.259,05, sengre este 47,76% menor que resultado positivo de 2016 num valor total de R\$ 752.281,92.

4. Análise do Demonstrativo

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutiva apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 835.181,70, devidamente incorporado Patrimônio Líquido da entidade.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstraçõês ∺ contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de ≥ transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

ALINE VANESSA MONTEIRO SILVA JENILSON DE MORAES CLEMENTE J. ICLAIR VIANA S. FILHO Gestora do Fundo Mun. de Saúde Responsável pelo Controle Interno Contador CRC PE nº 021930/O-0



ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIR TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PAGANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS TOTAL	16.952.975,54 3.127.064,50 13.825.911,04	125.165,41 125.165,41 16.635,474,75 2.445.850,67 14.189.624,08 300.992,19 300.992,19 17.061.632,35	PESSOAL E ENCARGOS REMUNERAÇÃO A PESSOAL ENCARGOS PATRONAIS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO USO DE MATERIAL DE CONSUMO SERVIÇOS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE MORA TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT) TOTAL	14.328.595,85 12.081.588,67 2.247.007,18 F 0,00 1.992.446,82 837.079,99 1.155.366,83 4,89 4,89 0,00 0,00 16.321.047,56 725.513,20 17.046.560,76	13.470.137,51 11.604.669,69 1.865.073,55 394,27 2.060.425,10 1.038.427,11 1.021.997,99 114.039,15 114.039,15 224.888,27 224.888,27 15.869.490,03 1.192.142,32 17.061.632,35



1 of 2

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017) 2 of 2

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)					
ESPECIFICAÇÃO Exercício Atual Exercício Anterior					
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	1.064.376,41	441.541,32			
INVESTIMENTOS	1.064.376,41	441.541,32			

Exercício de 2017





NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

Digitalmente por: JOSE ICLAIR O Fundo Municipal de Educação de Condado é uma pessoa jurídica de direito público intern<u>ê</u>. representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executiva tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da Educação pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 948/2013, o Fundo Municipal de Educação surgiu inscrita sobre o CNPJ 19.607.525/0001-18, estando atualmente localizada na Praça 🛱 de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referiçõe VA FILHO, ANTO<mark>NIO CAS</mark>SIANO documento: 7e946<mark>6fd-63cd-4d74-8a</mark> município, sendo a sede na Secretaria de Educação.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Educação do Município de Conda do Ş integra a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às açõ ∰s É governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal> Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 955/2013 de 16/12/2013, que dispões sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;





See em: https:// Assinada Assi

de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro de Nacional, hom como dos Na Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) ≗ 8 outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados establementos critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de informações a sociedade se utilizados para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de informações de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de

maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. 🛱 Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valor estão expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Ividincipal de La Composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimoniai, peda CASSIANO DA C O Balanço Geral do Fundo Municipal de Educação, referente ao exercício financeiro de 2017 es ක්ලි

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido





das variações positivas e negativas. Em 2016 e 2017 não foram deduzidas as receitas e despes intraorçamentárias na DVP, conforme demonstrativo.

1. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Compreende toda prestação pecuniária compulsória, está compresa de Melhoria de Contribuições de Contribuições de Melhoria de Contribuições de moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatiment e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimonia aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimonia aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamenta transferências de instituições multigovernamentais.

Valorização e Ganhos com Ativos: Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação ganhos de ativos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações 2. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas
A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo: 337

Pessoal e Encargos: além dos registros de la composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo: 400 persoal e Encargos patrimoniais Diminutivas, sendo: 400 persoal e Encargos patrimoniais Diminutivas, sendo: 400 persoal e Encargos patrimoniais Diminutivas pat

Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13° salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas: Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins

Desvalorização e Perdas de Ativos: Compreendem a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias.





Tributárias: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de despes

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: Compreende o somatório das variações patrimoniais Digitalmente diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

3. Variações Patrimoniais Qualitativas

As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. Os resultados de variações patrimoniais. variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo positivo num total de R\$ 1.064.376,41, sendo de R\$ 1.064.376,41, s

variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo positivo num total de R\$ 1.064.376,41, sendo positivo n transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria para municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

MARIELCA BALBINO CUNHA DE **MORAES E SILVA**

Gestora do Fundo Mun. de Educação

IENII SON DE MORAES CI EMENTE Responsável pelo Controle Interno

I. ICI AIR VIANA S. FILHO Contador CRC PE nº 021930/O-0



ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:4 - FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEI TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS TOTAL	15.331,18 R 15.331,18 1.774.373,46 1.024.128,73 750.244,73 1.789.704,64 1.789.704,64	17.753,09 17.753,09 1.534.192,00 991.592,00 542.600,00 1.551.945,09	PESSOAL E ENCARGOS REMUNERAÇÃO A PESSOAL ENCARGOS PATRONAIS USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO USO DE MATERIAL DE CONSUMO SERVIÇOS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE MORA TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT) TOTAL	866.291,18 759.633,44 106.657,74 585.766,96 172.829,89 412.937,07 7,62 7,62 48.000,00 48.000,00 1.500.065,76 289.638,88	948.616,40 835.697,11 112.919,29 440.335,96 144.231,15 296.104,81 139,14 48.000,00 48.000,00 1.437.091,50 114.853,59 1.551.945,09



ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017 Dezembro (31/12/2017) 2 of 2

ISOLADO:4 - FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)					
ESPECIFICAÇÃO Exercício Atual Exercício Anterior					
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	18.741,50	4.557,00			
INVESTIMENTOS	18.741,50	4.557,00			





NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interne, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executive, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da Assistência Social pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 690/1997, o Fundo Municipal de Assistência Social surgiu inscrita sobre o CNPJ 12.804.634/0001-86, estando atualmente localizada passistência 11 de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública referido município, sendo a sede na Secretaria de Desenvolvimento Social.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Social do Social do Município de Social do Município de Social do Social d

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 955/2013 de 16/12/2013, que dispões sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;





See em: https:// Assinada Assi

de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro de Nacional, hom como dos Na Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) ≗ 8 outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados establementos critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de informações a sociedade se utilizados para divulgação do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de informações de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, para divulgação de 2017 foi feita no Sistema de

maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. 🛱 Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valor estão expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Iviumcipal de Association de Casa seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimoniai, peda CASSIANO DA O Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao exercício financeiro de 2017 es කි්ටු

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido





das variações positivas e negativas. Em 2016 e 2017 não foram deduzidas as receitas e despes intraorçamentárias na DVP, conforme demonstrativo.

1. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Compreende toda prestação pecuniária compulsória, está compresa de Melhoria de Contribuições de Contribuições de Melhoria de Contribuições de moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatiment e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimonia aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimonia aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamenta transferências de instituições multigovernamentais.

Valorização e Ganhos com Ativos: Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação ganhos de ativos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações 2. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas
A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo: 337

Pessoal e Encargos: além dos registros de la composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo: 400 persoal e Encargos patrimoniais Diminutivas, sendo: 400 persoal e Encargos patrimoniais Diminutivas, sendo: 400 persoal e Encargos patrimoniais Diminutivas pat

Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13° salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas: Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins

Desvalorização e Perdas de Ativos: Compreendem a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias.





Tributárias: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de despes

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: Compreende o somatório das variações patrimoniais Digitalmente diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

3. Variações Patrimoniais Qualitativas

As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. Os resultados de variações patrimoniais.

a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. Os resultados de variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo positivo num total de R\$ 18.741,50, sendo estable 24,31% maior que resultado positivo de 2016 num valor total de R\$ 4.557,00.

4. Análise do Demonstrativo

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutiva apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 289.638,88, devidamente incorporado apresentaram um Superávit Patrimonial no val

LUCILEA DO NASCIMENTO BATISTA

Gestora do Fundo Mun. de Assistência Social

IENII SON DE MORAES CI EMENTE

Responsável pelo Controle Interno

I. ICI AIR VIANA S. FILHO Contador CRC PE nº 021930/O-0



ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIR TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	59,12 8 59,12 182,971,26 182,971,26 0,00 0,00 183,030,38	139,79 139,79 167.735,81 167.735,81 15.270,00 15.270,00 183.145,60	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO USO DE MATERIAL DE CONSUMO SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	146.505,96 18.115,61 128.390,35 24.000,00 0,00 24.000,00 12.678,04	8.996,48 87.293,04 24.340,00 340,00 24.000,00 0,00
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	153,62	0,00	PREMIAÇÕES TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	12.678,04 183.184,00	0,00 120.629,52
TOTAL	183.184,00	183.145,60	RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	0,00	62.516,08
			TOTAL	183.184,00	183.145,60



ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017 Dezembro (31/12/2017) 2 of 2

ISOLADO:8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)					
ESPECIFICAÇÃO Exercício Atual Exercício Anterior					
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	7.006,10	3.104,00			
INVESTIMENTOS	7.006,10	3.104,00			





NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Cultura de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da Cultura pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 950/2013, o Fundo Municipal de Cultura surgiu inscrita sobre o CNPJ 20.098.138/0001-82, estando atualmente localizada na Praça 11 ête

surgiu inscrita sobre o CNPJ 20.098.138/0001-82, estando atualmente localizada na Praça 11 ₫e≥ Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referiçõno. 7e946616-530d-4474-874-1e08a0c63:

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS : 7e94<mark>6</mark>6fd-63cd-4d74-**8**a74-1e0<mark>8</mark>a0c63:

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Cultura do Município de Condado integra a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei





Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal;

maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. 🗵 Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigo As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valorês? expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Cultura, referente ao exercício financeiro de 2017 está compos**t**o o pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS PÓLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.





A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações.

Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução organizações positivas e negativas. Em 2016 e 2017 não foram deduzidas as receitas e despessas privalidados provalidados provalidados

Variações Patrimoniais Aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o soma aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intergovernamentais.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações natrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo:

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimonias diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumê, depreciação, amortização etc.

Transferências e Delegações Concedidas: Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

3. Variações Patrimoniais Qualitativas

As **Incorporações de Ativo** se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. Os resultados das variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo positivo num total de R\$ 7.006,10, sendo este 44,30% maior que resultado positivo de 2016 num valor total de R\$ 3.104,00.

4. Análise do Demonstrativo

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 153,62, devidamente incorporado ao Patrimônio Líquido da entidade.



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contados municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

| LINTHIA LIMA DA SILVA | JENILSON DE MORAES CLEMENTE | A. ICLAIR VIANA S. FILHO | Contador CRC PE nº 021930/0-0 do documento: 79446666 6364 4674-8574-1 68846/53537